

REFUGIADO, MIGRANTES E OS PROBLEMAS DE INTOLERÂNCIA E VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE GLOBALIZADA

ANTONIO BAPTISTA GONÇALVES¹

Sumário: 1. Introdução – 2. A globalização e os movimentos migratórios – 3. As dificuldades de adaptação dos refugiados e dos migrantes – 4. A proteção internacional aos refugiados e migrantes – 5. O multiculturalismo e o respeito às minorias – Conclusão.

1. Introdução

Atualmente tem-se discutido a temática dos refugiados, muito em decorrência das recentes guerras que assolaram ou ainda assolam alguns países como Sérvia, Montenegro, Iraque, Irã, dentre outros². Somente o atual conflito entre Irã e Síria é responsável por mais de cinco milhões de refugiados sírios³. E na agenda do dia o que se coloca é o que fazer com o aumento do movimento migratório, isto é, as pessoas que deixam seus países em buscas de melhores condições, sejam econômicas, sociais ou, até mesmo, de sobrevivência⁴.

¹Advogado, Presidente da Comissão de Criminologia e Vitimologia da OAB/SP, Pós-Doutor em Ciência da Religião pela PUC/SP, Pós-Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade de La Matanza. Doutor e Mestre em Filosofia do Direito pela PUC/SP, Especialista em Direitos Fundamentais pela Universidade de Coimbra, Especialista em International Criminal Law: Terrorism's New Wars and ICL's Responses pelo Istituto Superiore Internazionale di Scienze Criminali, Especialista em Direito Penal Econômico Europeu pela Universidade de Coimbra, Pós-Graduado em Direito Penal Econômico pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

² La Humanidad ha avanzado notablemente en muchos campos, pero lamentablemente, como podemos comprobar en diversos lugares del mundo, no ha podido abolir guerras, conflictos civiles, intolerancia, pobreza extrema, hambre y falta de participación política, entre otros. Tampoco se ha logrado que en todas partes se aplique la ley con sentido de justicia. VÉLEZ, Francisco Galindo. Consideraciones sobre la protección de refugiados a cincuenta años de la fundación del ACNUR. In **Derechos Humanos y Refugiados en las Américas: Lecturas Seleccionadas**. San José, Costa Rica, Agosto, 2001, p. 105.

Tradução livre: A humanidade tem feito progressos significativos em muitos campos, mas, infelizmente, como se pode ver em vários lugares do mundo, não conseguiu abolir a guerra, conflitos civis, a intolerância, a pobreza extrema, a fome e a falta de participação política, entre outros. Tampouco teve sucesso que em todos os lugares a lei seja aplicada com um sentido de justiça.

³ Fonte: <http://www.unhcr.org/news/stories/2018/6/5b222c494.html>. Acesso em 9 de julho de 2018.

⁴ Throughout history, people have had to abandon their homes and seek safety elsewhere to escape persecution, armed conflict or political violence. This has happened in every region of the world. Most religions incorporate concepts such as asylum, refuge, sanctuary and hospitality for people who are in distress. **THE STATE OF THE WORLD'S**

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR estima que o número de pessoas deslocadas no mundo em razão de conflitos bélicos, somente no ano de 2018, ultrapassa a 68 milhões e é considerada a mais grave crise humanitária ocorrida desde a Segunda Guerra Mundial⁵.

Ainda de acordo com a ACNUR, há 16 milhões de refugiados e deslocados internos a partir da Síria, que em sua maioria fugiram para os países vizinhos como Turquia, Paquistão, Líbano, Egito, Jordânia e Iraque. Em 2017 o líder de pedidos de asilos foram os Estados Unidos da América (331.700)⁶.

Assim, vários países têm recebido um volume grande de pessoas em suas fronteiras e a questão que se coloca é: o que fazer? Afinal, por questões humanitárias não se pode recusar a entrada dessas pessoas, contudo, ao receber dezenas de milhares de pessoas os governos alegam não terem condições econômicas de arcar com os custos decorrentes da manutenção e acolhimento dos refugiados.

Fora esse fenômeno que não é recente, mas sim cíclico, visto que se repete sempre que um novo conflito de proporções nacionais ocorre, temos também os movimentos migratórios em si, isto é, as pessoas que deixam os seus países em migração para outros em busca de novas oportunidades e melhores condições de vida.

Com a globalização⁷, esse livre trânsito aumentou em decorrência da flexibilização das fronteiras e da facilitação do acesso aos países, o que gerou maior mobilidade. Em virtude das parcerias comerciais que se firmaram, como no caso da Comunidade Europeia, seus membros não mais precisaram de vistos ou autorização para ingressar em qualquer dos membros participantes, assim, por exemplo, um cidadão francês que não

REFUGEES FIFTY YEARS OH HUMANITARIAN ACTION. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 1.

Tradução Livre: Ao longo da história, as pessoas tiveram de abandonar as suas casas e buscar segurança em outro lugar para escapar da perseguição, conflito armado ou de violência política. Isso aconteceu em todas as regiões do mundo. A maioria das religiões incorporam conceitos como o asilo, refúgio, santuário e hospitalidade para as pessoas que estão em perigo.

5 Fonte: <http://www.unhcr.org/globaltrends2017/>. Acesso em 6 de julho de 2018.

6 Fonte: <http://www.unhcr.org/globaltrends2017/>. Acesso em 6 de julho de 2018.

7 Globalização é, com toda certeza, a palavra mais usada – e abusada – e a menos definida dos últimos e dos próximos anos; é também a mais nebulosa e mal compreendida, e a de maior eficácia política. Como mostram os exemplos apresentados, é preciso distinguir (sem pretender uma exatidão ou completude absoluta) entre as diversas *dimensões* da globalização, a saber, *a da comunicação técnica, a ecológica, a econômica, a da organização trabalhista, a cultural e a da sociedade civil etc.* BECK, Ulrich. **O que é Globalização? Equívocos do globalismo respostas à globalização.** Tradução André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 44.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

tinha boas condições em seu país poderia ir para qualquer outro dentro do bloco europeu em busca de um cenário mais favorável.

E, ao se mudar para outro País, esta pessoa carrega consigo seus costumes, suas tradições culturais e religiosas, porém, nem sempre os habitantes daquele que se adotou como novo lar respeitam essas tradições, se estas forem diversas do que a maioria está habituada, como é o caso dos migrantes muçulmanos que se instalam na França, por exemplo.

O fato é que em decorrência destes movimentos migratórios o que se coloca é a questão do direito à liberdade religiosa do refugiado, assim, teriam direitos os habitantes de um País que foi acolhido porque fugiu para não ser morto, isto é, um refugiado, ou um habitante de outro País que busca novas oportunidades tem o seu direito de manifestar livremente sua crença, mesmo que esta seja diversa da maioria? Então questionamos: em tempos de globalização⁸ há o respeito ao multiculturalismo? Como fica a defesa das minorias? Este é o cerne de nosso breve estudo que passaremos a analisar mais detidamente.

2. A globalização e os movimentos migratórios

A questão da busca por melhores condições de vida não é recente, contudo, a partir de 1970, em virtude da globalização⁹ o movimento se

⁸ A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999, p. 11.

⁹ O termo globalização é bastante controverso e possui conceituações diversas como sinaliza Tercio Sampaio Ferraz Junior: *Globalização* é, certamente, uma expressão ambígua e vaga. De um lado, admite sentidos conceituais distintos, de outro, aponta para distintos objetos. Na sua vagueza, refere-se ora a um entrelaçamento das economias nacionais em planos mundiais, ora para formas extensas de comunicação, ora para uma interpretação cultural etc. Na sua ambiguidade, ora revela a simultaneidade *in praesentia* dos eventos, ora uma generalização dos sentidos prevalecentes, inaugurando uma forma cultural diferente. Samuelson, em artigo publicado em periódicos norte-americanos, vê no encurtamento das distâncias o marco decisivo e inicial da globalização. **Direito Constitucional: Liberdade de fumar, privacidade, Estado, Direitos Humanos e outros temas**. São Paulo: Manole, 2007, p. 540.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

expandiu¹⁰. O que antes era adstrito a uma circulação interna seja nas províncias ou intra Estados deu lugar a um cenário erigido em virtude de profundas mudanças no cenário político, cultural, social e econômico resultando em parcerias comerciais em maior escala e proporção ocasionando a abertura das fronteiras internacionais e as barreiras comerciais de outrora deixaram de existir com nítido incentivo à livre circulação de mercadorias, serviços e, também, pessoas¹¹, além de um rápido e contínuo desenvolvimento tecnológico¹². Assim, se antes uma pessoa migrava dentro de seu País, agora, era possível ampliar o horizonte e buscar alternativas melhores fora de suas fronteiras.

Temos pouco menos de cinquenta anos da expansão e da abertura econômica com um novo responsável por regular os anseios do consumo interno e externo¹³, falamos

10 Se o pós-guerra permitiu a criação do sistema internacional de proteção dos direitos humanos, fomentou também a criação de organizações de cooperação e integração econômica.

Além do processo de internacionalização dos direitos humanos, a ordem contemporânea tem sido marcada pela consolidação de blocos econômicos, que decorrem do crescente processo de integração regional. O surgimento de blocos econômicos passa a redefinir os contornos do cenário mundial, a partir da intensificação das relações internacionais, mediante a cooperação e integração entre Estados e mediante a celebração de inúmeros tratados internacionais. PIOVESAN, Flávia Cristina. Direitos Humanos, globalização e a integração regional. In PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Direitos Humanos, globalização econômica e integração regional**. São Paulo: Max Limonad, 2002, p. 45.

11 O desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados. As forças produtivas básicas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho, ultrapassam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição. Esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar. IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999, p. 13.

12 A interdependência no mundo contemporâneo é um fato inegável, e a globalização é apenas um lado desse processo multifacetado e extremamente complexo. O início da integração dos indivíduos remonta à existência humana na Terra, pois os seres humanos e as civilizações sempre buscaram a expansão por diversas razões. Especificamente após a Segunda Guerra Mundial, houve uma considerável transformação nas diversas sociedades por todo o planeta. O desenvolvimento tecnológico provocou uma mudança jamais vivenciada antes.

A capacidade de produzir, transportar, informar, deixou de ser em progressão aritmética ($2+2+2=6$) para tornar-se uma progressão geométrica ($2 \times 2 \times 2=8$). A consequência desse processo pode ser constatada nos fluxos mundiais de produção, transporte, consumo de bens e serviços. Ao mesmo tempo em que esse processo cria novas oportunidades decorrentes da aproximação, novos desafios emergem nesse contexto, por exemplo: a interdependência econômica; a necessidade de controle centralizado do sistema financeiro e monetário internacionais; interdependência energética; o acesso das economias industrializadas às matérias-primas; o acesso dos povos mais excluídos ao mínimo de consumo e serviços condizentes com a dignidade da pessoa humana; a segurança alimentar; os problemas ambientais; o controle de pandemias; a efetivação das metas de desenvolvimento do milênio; o combate ao crime organizado, às drogas, ao terrorismo, aos crimes cibernéticos, entre tantas outras questões. BRITO, Jahyr Jesus. **A Laicização na reforma da ONU: teoria da soberania no século XXI**. São Paulo: Max Limonad, 2015, p. 9.

13 A partir das mudanças estruturais desenvolvidas no século XVIII na Europa ocidental, especialmente com a Revolução Industrial – acelera-se a partir da segunda metade do século XX, quando o universo do consumo passou a ganhar centralidade tanto como motor do desenvolvimento econômico quanto através da expansão do consumismo como elemento de mediação de novas relações e processos que se estabelecem no plano cultural das sociedades modernas. Dentro dessa perspectiva, o consumo deixa de ser uma variável dependente de estruturas e processos a ele externos e passa a se constituir enquanto campo autônomo, caracterizando-se como importante objeto do conhecimento

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

de um ente despersonalizado denominado mercado. De início, se pode pensar que o mercado foi o responsável pela expansão do consumo e pela profusão dos produtos, bem como sua pouca durabilidade, isto é apenas parte verdade, mas tal debate ficará para outra ocasião. Fato é que o mercado impulsionou um período de ouro para grande parte dos países ocidentais que observaram notório aumento de suas riquezas¹⁴.

No entanto, o mercado também possui um lado nocivo, qual seja, a pouca absorção e oportunidade para os pequenos fabricantes e produtores, que não têm condições econômicas de competir com os preços dos grandes conglomerados o que resultou em quebras e dificuldades econômicas em muitos indivíduos, membros dos blocos econômicos.

E qual o motivo desta singela explanação econômica? Por que a não absorção do mercado destes pequenos produtores propicia que estes fiquem sem trabalho e, por conseguinte, sem fonte de renda, portanto, sejam mais pessoas a procurarem melhores condições para suas famílias, o que resulta em parte dessas famílias a migrarem para outros locais em busca de oportunidades¹⁵.

3. As dificuldades de adaptação dos refugiados ou migrantes

No tópico anterior tratamos dos movimentos migratórios em busca de melhores condições de vida e, como vimos, a globalização e o desenvolvimento do capitalismo trouxeram avanços econômicos sobretudo aos países ocidentais. Contudo, o Estado, o

no âmbito das ciências sociais contemporâneas, especialmente no campo dos estudos sobre a cultura. RETONDAR, Anderson Moebus. **A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como “contexto social” de produção de subjetividades**. Revista *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 23, n. 1, p. 137-160, jan./abr 2008.

14 *Globalismo* Designa a concepção de que o mercado mundial bane ou substitui, ele mesmo, a ação política; trata-se portanto da ideologia do império do mercado mundial, da ideologia do neoliberalismo. O procedimento é monocausal, restrito ao aspecto econômico, e reduz a pluridimensionalidade da globalização a uma única dimensão – a econômica -, que, por sua vez, ainda é pensada de forma linear e deixa todas as outras dimensões – relativas à ecologia, à cultura, à política e à sociedade civil – sob o domínio subordinador do mercado mundial. Evidentemente não se deve, por este fato, negar ou minimizar o papel central da globalização também como opção e percepção de atores empresariais. BECK, Ulrich. **O que é Globalização? Equívocos do globalismo respostas à globalização**. Tradução André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 27 e 28.

15 Autores como Francisco de Victoria, Hugo Grotius, e Emmer de Vattel, foram unânimes em defender o direito de o homem sair de sua terra natal, de se estabelecer onde quer que lhe conviesse, fosse para colonizar outras nações, ou para comerciar, e de retornar à sua pátria posteriormente.

Além do mais, a interpretação dominante vê esse encontro de pessoa de diferente níveis como “a principal roda progressiva da mudança da história”. O convívio com gente alheia ao meio é um estímulo para a invenção e a imitação. E, na verdade, a migração tem sido o mecanismo através do qual ideias, técnicas e cultura são difundidas pelo mundo, incremento para novos avanços. As mais dinâmicas civilizações surgiram onde o tráfego humano foi mais intenso. CAVARZERE, Thelma Thais. **Direito Internacional da Pessoa Humana: A Circulação Internacional de Pessoas**. 2 ed. São Paulo: Renovar, 2001, p. 12.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

ente personificado responsável por prover condições mínimas existências aos seus componentes enquanto Estado Democrático de Direito, e, responsável por assegurar e efetivar as liberdades, o direito à saúde, à educação, a uma existência digna, em verdade, o que fez ao longo dos anos foi investir e desenvolver o próprio Estado, mas não criou, via de regra, um plano para absorver aqueles que perderam seus negócios em decorrência da livre circulação de mercadorias.

O resultado foi o aumento do desemprego e uma diferença crescente entre os pequenos produtores e as grandes empresas, com tendência à quebra e ao desaparecimento dos primeiros¹⁶. Logo, quando as pessoas perdem seus negócios e não conseguem manter seu antigo padrão de vida tentam novos caminhos. Todavia, a mudança, em especial, para outros países não é tão simples quanto parece¹⁷.

Quando se migra de um País nem sempre estamos preparados para as diferenças culturais que nos esperam, os costumes, os hábitos, o cotidiano, os valores sociais e até o conceito de cidadania podem variar de um País para o outro e a adaptação pode ser dura. Sobre o tema Thelma Thais Cavarzere:

Colocar o estrangeiro em situação difícil ou desvantajosa, pelo simples fato de ser ele forasteiro, em condições inferiores ao nacional, não é novidade dos nossos tempos. Tanto que, já na Bíblia, em dias passagens, podemos constatar a preocupação com o tratamento que lhe era conferido. A primeira está no Êxodo, capítulo 22, versículo 21: *“Não molestarás nem afligirás o estrangeiro, porque também vós fostes estrangeiro na terra do Egito”*. A segunda está no Levítico, capítulo 19, versículo 33: *“Se algum estrangeiro habitar na vossa terra, e morar entre vós, não o impropereis; mas esteja entre vós como um natural; amai-o como a vós mesmos, porque também vós fostes estrangeiro na terra do Egito”* (CAVARZERE, 2001, p. 7).

¹⁶ A realidade se percebe em países ricos, altas potências ou não, como foi o grande debate recente do “Brexit”, no qual os cidadãos ingleses de média idade em diante e, em geral, produtores do centro da Inglaterra votaram pela saída da Inglaterra da União Europeia exatamente por seus negócios estarem em severas dificuldades pela falta de investimento estatal e o desenvolvimento de políticas protecionistas.

¹⁷ Las migraciones y los desplazamientos forzados, con el consecuente desarraigo de tantos seres humanos, acarrear traumas. Testimonios de migrantes dan cuenta del sufrimiento del abandono del hogar, a veces con separación o desagregación familiar, de la pérdida de bienes personales, de arbitrariedades y humillaciones por parte de autoridades fronterizas y oficiales de seguridad, generando un sentimiento permanente de injusticia. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Reflexiones sobre el desarraigo como problema de Derechos Humanos frente a la conciencia jurídica universal. IN **Derechos Humanos y Refugiados en las Américas: Lecturas Seleccionadas**. San José, Costa Rica, Agosto, 2001, p. 7 e 8.

Tradução Livre: Migração e deslocamento forçado, com a consequente remoção de tantos seres humanos carregam traumas. Testemunhos dos migrantes ao perceber o sofrimento de sair de casa, às vezes com a separação ou desagregação familiar, perda de bens pessoais, a arbitrariedade e humilhação por funcionários de fronteiras e as autoridades de segurança, criando uma sensação permanente de injustiça.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

Na Europa nos anos 80, portanto começo da globalização e sem a abertura cultural como temos hoje era comum atentados discriminatórios contra os imigrantes, em atos claros de xenofobia.

Com o transcurso do tempo e o acesso às informações e a possibilidade de trocas culturais, o sentimento se arrefeceu um pouco, mas não deixou de existir. O problema não reside apenas na presença de um estrangeiro entre os locais, mas sim, que este estrangeiro é o “responsável” por menos um emprego para um coirmão nacional. De tal sorte que era comum constrangimentos, agressões físicas, morais ou psicológicas¹⁸.

Tal assunto pode parecer “demodê”, porém, se mostra atual quando o candidato à Presidência de uma das maiores, senão a maior potência econômica do globo fala como promessa de campanha construir um muro a fim de impedir a entrada de mexicanos em seu território.

Nos Estados Unidos as pessoas de descendência latina sempre foram considerados como mão de obra barata e marginalizados exatamente pelo mesmo motivo. Por falta de condições econômicas se instalavam nas periferias e não tinham acesso ao convívio com os norte-americanos ficando praticamente excluídos da sociedade em guetos.

¹⁸ The current process of UNHCR consultations is an additional element for demonstrating that, nowadays, the strictly inter-state perspective of the international legal system has been entirely surpassed, with the general recognition of the presence therein of human beings, and their access to justice, both at the national and international levels. Human beings have been restored to the central position they now occupy in the law of nations, testifying to the practise that brings us here today, on 14 November 2014, to this important GRULAC meeting at United Nations/UNHCR here in Geneva.

The fact that so many individual have, today, had recourse to international jurisdiction in claiming or defending their rights, amidst extremely adverse or vulnerable circumstances, is a sign of the times, revealing the new paradigm of *humanised* international law, the new *jus gentium*, that is sensitive and attentive to the protection needs of the individual in any circumstance. However, there are many others who continue to suffer in situations of extreme vulnerability, amidst critical and urgent protection needs. **MEMORIES OF THE THIRTIETH ANNIVERSARY OF CARTAGENA DECLARATION OF REFUGEES.** Quito, Ecuador: UNHCR, 2015, p. 23 e 24.

Tradução Livre: O actual processo de consultas do ACNUR é um elemento adicional para demonstrar que, hoje em dia, a perspectiva estritamente inter-estado do sistema jurídico internacional foi totalmente superado, com o reconhecimento geral da presença nela do ser humano, e seu acesso à justiça, tanto a nível nacional e internacional. Os seres humanos têm sido restaurados para a posição central que ocupam agora na lei das nações, atestando a prática que nos traz aqui hoje, em 14 de Novembro de 2014, a esta importante reunião do GRULAC na Organização das Nações Unidas / ACNUR aqui em Genebra.

O fato de que muitos indivíduos têm, hoje, de recorrer à competência internacional para afirmar ou defender os seus direitos, em meio a circunstâncias extremamente adversas ou vulneráveis, é um sinal dos tempos, revelando o novo paradigma do direito internacional humanizado, o novo *jus gentium*, que é sensível e atenta às necessidades de proteção do indivíduo em qualquer circunstância. No entanto, existem muitos outros que continuam a sofrer em situações de extrema vulnerabilidade, em meio a necessidades críticas e urgentes de proteção.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

Por conta do medo do desconhecido e, mais do que isso, dos desconhecidos a xenofobia surge, através da imposição do medo e da violência urbana¹⁹, com clara exacerbação de preconceitos de todo o tipo: gênero, raça, religião dentre outras. Cada vez mais temos com frequência um homem individualista e egoísta, que não se preocupa com o próximo e com as necessidades da sociedade em si²⁰.

Melhor sorte também não encontra um refugiado²¹, pois, este não vem a outro País em busca de melhores condições ou em oportunidades de crescimento econômico, mas sim, migra para sobreviver²². Portanto, não carrega muitas coisas, não tem uma infraestrutura ou um plano a ser seguido, simplesmente foge com seus entes queridos e espera ser acolhido em um local seguro, porém ao chegar em outro País a realidade é a ausência de dinheiro para se instalar, a falta de emprego ou condições, o que denota plena dependência do Estado²³. Enquanto não é absorvido pelo mercado de trabalho, quando consegue, segue marginalizado²⁴ e vive nas ruas ou da ajuda de terceiros. Alguns

19 A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma vis, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto. ROCHA, Zeferino. **Paixão, violência e solidão: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII**. Recife: UFPE, 1996, p. 10.

20 A industrialização e o consumismo substituíram as ideias de liberdade, igualdade e fraternidade. Abandonaram-se perspectivas de solidariedade pelas de satisfação de suas próprias vontades. A perspectiva exclusiva prepondera sobre a inclusiva e as utopias que previam a redenção da humanidade acabam substituídas pela satisfação de desejos individualistas e pela obrigação de servir ao Estado. BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 20.

21 Refugiados, são vítimas de guerras, conflitos e perseguições que estão em situação muito vulnerável. Eles não têm proteção de seu país que, muitas vezes, é responsável pelas ameaças e perseguições. Se outros países não os receberem e lhes garantirem auxílio, podem estar condenando-os à morte ou à uma vida intolerável, sem direitos ou segurança. O solicitante de refúgio é alguém que afirma ser um refugiado e que fez sua solicitação de refúgio às autoridades competentes, mas que ainda não teve seu pedido avaliado pelo país onde se encontra. Os sistemas nacionais de proteção e refúgio existem para decidir quais solicitantes de refúgio precisam de proteção internacional. É por isso que a questão central da proteção é o princípio da não devolução (ou non-refoulement): o solicitante de refúgio e o refugiado não podem ser retornados a nenhum país ou fronteira onde sua vida corra risco. Fonte: **Protegendo refugiado no Brasil e no Mundo**. UNHCR/ACNUR. Disponível em: http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2016/Protegendo_Refugiados_no_Brasil_e_no_Mundo_2016.pdf. Acesso em 6 de julho de 2016.

22 The problem of forced displacement has been one of the most pressing issues facing the United Nations throughout its history. Among the most vulnerable groups of people in the world are those who are displaced, whether as result of conflict, persecution or other human rights violations. ANNAN, Kofi. **The State of the World's Refugees Fifty years of humanitarian action**. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. IX.

Tradução livre: O problema do deslocamento forçado tem sido um dos problemas mais urgentes da Organização das Nações Unidas ao longo de sua história. Entre os grupos mais vulneráveis de pessoas no mundo são aqueles que estão deslocadas, seja como resultado de conflitos, perseguição ou outras violações dos direitos humanos.

23 Os problemas gerados pela “crise migratória” atual e exacerbados pelo Pânico que o tema provoca pertencem à categoria dos mais complexos e controversos: neles, o imperativo categórico da moral entra em confronto direto com o medo do “grande desconhecido” simbolizado pelas massas de estranhos à nossa porta. BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2017, p. 104.

24 Pessoas que fazem parte do movimento migratório em que existe um elemento de coação, nomeadamente ameaças à vida ou à sobrevivência, quer tenham origem em causas naturais, quer em causas provocadas pelo homem (por ex.,

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

Estados possuem estrutura para este tipo de situação e tem residência e emprego aos refugiados, contudo, são poucos os que conseguem fazer isso na realidade econômica corrente.

E, por estarem em um local estranho, sem condições econômicas e com poucos ou sem recursos também se encontram a mercê de agressões dos intolerantes que reprimem os refugiados e seu direito por querer continuar a viver²⁵.

Assim, se engana aquele que pensa que a migração²⁶ pode resultar em um caminho fácil para o sucesso, pois os obstáculos a serem superados podem dificultar o desenvolvimento das pretensões iniciais dos migrantes/refugiados.

4. A proteção Internacional aos refugiados e migrantes

Nos dizeres de Hannah Arendt, os direitos humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução (ARENDR, 2009).

Até então falamos dos problemas a serem enfrentados pelos migrantes e pelos refugiados, agora, passaremos a analisar suas proteções. A preocupação para com os refugiados é quase tão antiga quanto a criação da própria entidade responsável por criar normas internacionais de proteção a ser seguida pelos países, falamos da Organização

movimentos de refugiados e pessoas internamente deslocadas, bem como pessoas deslocadas devido a desastres naturais ou ambientais, químicos ou nucleares, fome ou projetos de desenvolvimento. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Glossário sobre migração**. Genebra: OIM< 2009. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em 9 de julho de 2018.

25 Não é apenas a perseguição e a violência que levam as pessoas a deixarem seus lares. O termo “migração espontânea” esconde a gama de fatores que influenciam e determinam o fenômeno migratório, que certamente transcende a mera manifestação da *vontade singularizada* do migrante, maculando a crença da *espontaneidade* do fenômeno. Nas *migrações econômicas*, a violência simbólica operada pela desigualdade racial corrompe a *voluntariedade* da decisão de migrar, que jamais poderia ser entendida como *espontânea*. KÖCKE, Rafael. Migrações e (de) igualdade no século XXI: entre políticas de redistribuição e de reconhecimento. In: MORAIS, José Luís Bolzan de; SANTORO, Emilio; TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. **Direito dos migrantes**. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2015.

26 A migração em massa não é de forma alguma um fenômeno recente. Ele te, acompanhado a era moderna desde seus primórdios (embora com frequência mudando e por vezes revertendo a direção) -, já que nosso “modo de vida moderno” inclui a produção de “pessoas redundantes” (*localmente* “inúteis”, excessivas ou não empregáveis, em razão do progresso econômico; ou *localmente* intoleráveis, rejeitadas por agitações, conflitos e dissensões causados por transformações sociais/políticas e subsequentes lutas por poder). Além de tudo isso, contudo, hoje suportamos as consequências da profunda e aparentemente insolúvel desestabilização do Oriente Médio, na esteira das políticas e aventuras militares das potências ocidentais, estupidamente míopes e reconhecidamente fracassadas. BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2017, p. 9.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

das Nações Unidas – ONU²⁷. Esta foi criada em 1945 e a Carta das Nações Unidas²⁸ prevê em seu preâmbulo:

“Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos para salvar as gerações futuras do flagelo da guerra, que por duas vezes em nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e reafirmar a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos entre homens e mulheres e das nações grandes e pequenas”.

O primeiro grande documento protetivo do ser humano, criado a partir deste esforço conjunto dos países em valorizar e defender o a vida e a dignidade da vida e do ser humano, foi a Declaração Universal de Direitos do Homem, em 1948, em 1950 criou a agência da ONU para refugiados – ACNUR e não tardou para, em 1951, se construir a denominada Convenção de Genebra, relativa ao Estatuto dos Refugiados²⁹ e a ao seu Protocolo, em 1967.

27 It was not until the period after the First World War, when the League of Nations came into being, that the refugee issue came to be regarded as an international problem that had to be tackled at the international level. Even then, the grow of an international system to respond to and manage refugee problems was slow and intermittent. **THE STATE OF THE WORLD'S REFUGEES FIFTY YEARS OH HUMANITARIAN ACTION**. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 1.

Tradução livre: Não foi até o período após a Primeira Guerra Mundial, quando a Liga das Nações surgiu, que a questão dos refugiados chegou a ser considerado como um problema internacional que teve de ser abordada a nível internacional. Mesmo assim, o crescer de um sistema internacional para responder e gerenciar os problemas dos refugiados era lento e intermitente.

28 Artigo 3º. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

29 <http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/StatusOfRefugees.aspx>. Acesso em 5 de julho de 2016.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

A preocupação primordial era com a defesa da dignidade do ser humano, sem descuidar da proteção dos direitos de manutenção das condições dignas de vida³⁰, o respeito às suas tradições culturais³¹, religiosas³², sua liberdade de circulação³³, dentre outros³⁴.

Preocupada com o tema a ONU edificou um conjunto normativo no transcurso do tempo na defesa e proteção das minorias, e aqui transcreveremos o que reputamos os mais importantes, como o art. 18 da Declaração Universal dos Direitos do Homem³⁵, a Convenção Europeia de Direitos do Homem, através do artigo 9^o³⁶ a Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio e o artigo 2^o³⁷, Convenção relativa aos

30 Artigo 21 No que diz respeito a alojamento, os Estados Contratantes concederão um tratamento tão favorável quanto possível aos refugiados que residam regularmente nos seus territórios, na medida em que esta questão caia sob a alçada das leis e regulamentos ou esteja sujeita à vigilância das autoridades públicas; de todos os modos, este tratamento não poderá ser menos favorável que o concedido, nas mesmas circunstâncias, aos estrangeiros em geral.

31 Artigo 3^o Os Estados Contratantes aplicarão as disposições desta Convenção aos refugiados sem discriminação quanto à raça, religião ou país de origem.

32 Artigo 4^o Os Estados Contratantes concederão aos refugiados nos seus territórios um tratamento pelo menos tão favorável como o concedido aos nacionais no que diz respeito à liberdade de praticar a sua religião e no que se refere à liberdade de instrução religiosa dos seus filhos.

33 Artigo 26. Os Estados Contratantes concederão aos refugiados que se encontrem regularmente nos seus territórios o direito de neles escolherem o lugar de residência e circularem livremente, com as reservas instituídas pela regulamentação aplicável aos estrangeiros em geral nas mesmas circunstâncias.

34 De conformidad con los instrumentos de derechos humanos, los derechos se les reconocen a todas las personas en general, no solamente a los nacionales de los Estados partes. Por lo tanto, las personas que no son nacionales normalmente también son beneficiarios de los derechos garantizados en los instrumentos de derechos humanos, con limitadas excepciones, tal como los derechos relativos a la participación política. Dada la universalidad de estos derechos, las personas solicitantes de asilo, refugiadas y las apátridas están amparadas por todos los derechos y las libertades previstas en los tratados de derechos humanos, sin ninguna clase de discriminación. **Los derechos humanos y la protección de los refugiados.** Módulo auto formativo 5, volumen I, UNHCR/ACNUR, 15 de diciembre de 2006, p. 21.

Tradução livre:

De acordo com os instrumentos de direitos humanos, os direitos são reconhecidos a todas as pessoas, em geral, não só aos nacionais dos Estados Partes. Portanto, as pessoas que não sejam nacionais normalmente são também beneficiários dos direitos garantidos ao abrigo de instrumentos de direitos humanos, com poucas exceções, como o direito à participação política. Dada a universalidade destes direitos, requerentes de asilo, refugiados e apátridas são cobertos por todos os direitos e liberdades previstos em tratados de direitos humanos, sem qualquer tipo de discriminação.

35 “Art. 18. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

36 “Art. 9^o 1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de crença, assim como a liberdade de manifestar a sua religião ou a sua crença, individual ou coletivamente, em público e em privado, por meio do culto, do ensino, de práticas e da celebração de ritos. 2. A liberdade de manifestar a sua religião ou convicções, individual ou coletivamente, não pode ser objeto de outras restrições senão as que, previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, à segurança pública, à proteção da ordem, da saúde e moral públicas, ou à proteção dos direitos e liberdades de outrem”.

Temos ainda: Art. 14. O gozo dos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção deve ser assegurado sem quaisquer distinções, tais como as fundadas no sexo, raça, cor, língua, religião, opiniões políticas ou outras, a origem nacional ou social, a pertença a uma minoria nacional, a riqueza, o nascimento ou qualquer outra situação.

37 “Art. 2^o. Na presente Convenção, genocídio significa qualquer dos seguintes atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) matar membros do grupo; b) causar sérios danos físicos ou mentais a membros do grupo; c) infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar a sua destruição física no todo ou em parte; d) medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo; e) transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo”.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

Apátridas³⁸, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial³⁹ ao qual destacamos o artigo 1º⁴⁰, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos que possui uma série de regramentos⁴¹ e destacamos o artigo 2º⁴², o Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, através do artigo 13.3⁴³, e a Declaração e Programa de Ação de Viena através da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos⁴⁴.

E, além destas, destacamos a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas em Religião ou Crença e o artigo 1º:

38 Artigos 3º e 4º: Contêm a mesma língua, no que diz respeito à religião ou crença, como os encontrados na Carta das Nações Unidas e da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados.

39 Art. 7º. Os Estados Partes se comprometem a adotar medidas imediatas e eficazes, nomeadamente nos domínios do ensino, educação, cultura e informação, com vista a lutar contra preconceitos que conduzam à discriminação racial e promover a compreensão, a tolerância e a amizade entre nações e grupos raciais ou étnicos, bem como propagar os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e da presente Convenção.

40 “Art. 1º. 1. Na presente Convenção, a expressão “discriminação racial” significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em pé de igualdade, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.”

41 Sobre o tema temos ainda:

Art. 18. 1. Todos têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Este direito inclui a liberdade de ter ou adotar uma religião ou crença de sua escolha e liberdade, individualmente ou em comunidade, com outros e em público ou privado, de manifestar a religião ou crença em culto, costume, prática e ensino. 2. Ninguém será submetido a medidas coercitivas que possam restringir sua liberdade de ter ou adotar uma religião ou crença de sua escolha. 3. Liberdade de religião ou crenças podem estar sujeitos apenas às limitações previstas pela lei e consideradas necessárias para proteger a segurança pública, a ordem, a saúde ou a moral ou os direitos fundamentais e liberdades de outrem. 4. Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais e, quando for o caso, dos tutores legais de assegurar a educação religiosa e moral de seus filhos de acordo com suas próprias convicções.

Art. 26. Todas as pessoas são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer discriminação, a igual proteção da lei. A este respeito, a lei deve proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra situação.

Art. 27. Nos Estados em que existam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não deve ser negado o direito de, em comunidade com os outros membros de seu grupo, para desfrutar de sua própria cultura, professar e praticar sua própria religião, ou para usar sua própria língua.

42 “Art. 2º. 1. Cada Estado Parte no presente Pacto compromete-se a respeitar e a garantir a todos os indivíduos no seu território e sujeitos à sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem distinção de qualquer espécie, seja raça, cor, sexo, língua, religião, de opinião política ou outra, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição”.

43 “Art. 13. 3. Os Estados partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais – e, quando for o caso, dos tutores legais – de escolher para seus filhos escolas distintas daquelas criadas pelas autoridades públicas, sempre que atendam aos padrões mínimos de ensino prescritos ou aprovados pelo Estado, e de fazer com que seus filhos venham a receber educação religiosa ou moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”.

44 “Item 19. Considerando a importância da promoção e da proteção dos direitos de pessoas pertencentes a minorias e o contributo de tal promoção e proteção para a estabilidade política e social dos Estados onde vivem essas pessoas, A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma a obrigação para os Estados de garantir que as pessoas pertencentes a minorias possam exercer de forma plena e efetiva todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais sem qualquer discriminação e em plena igualdade perante a lei, de acordo com a Declaração sobre os Direitos de Pessoas pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas.

As pessoas pertencentes a minorias têm o direito de usufruir a sua própria cultura, de professar e praticar a sua religião e de se exprimir na sua língua, tanto em privado como em público, livremente e sem interferências ou qualquer forma de discriminação.

“Art. 1º. 1. Todos têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Este direito inclui a liberdade de ter uma religião ou convicção a sua escolha, e a liberdade, seja individualmente ou em comunidade com outros e em público ou privado, de manifestar a religião ou crença em culto, costume, prática e ensino. 2. Ninguém será submetido a medidas coercitivas que possam restringir a sua liberdade de ter uma religião ou crença de sua escolha. 3. A liberdade de professar sua religião ou crença estará sujeita apenas às limitações previstas pela lei e que são necessárias para proteger a segurança pública, a ordem, a saúde ou a moral ou os direitos fundamentais e liberdades de outrem”.

Podemos, ainda, mencionar a Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas e o artigo 2º:

“Art. 2º. 1. As pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas (doravante denominadas “pessoas pertencentes a minorias”) terão direito a desfrutar de sua própria cultura, a professar e praticar sua religião, e a utilizar seu próprio

Item 33. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma que os Estados estão vinculados, conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no Pacto Internacional sobre os Direitos econômicos, Sociais e Culturais e noutros instrumentos internacionais de Direitos Humanos, a garantir que a educação se destine a reforçar o respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos realça a importância de incluir a questão dos Direitos Humanos nos programas de educação e apela aos Estados para o fazerem. A educação deverá promover à compreensão, a tolerância, a paz e as relações amistosas entre as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, e encorajar o desenvolvimento de atividades das Nações Unidas na prossecução destes objetivos. Assim, a educação em matéria de Direitos Humanos e a divulgação de informação adequada, tanto teórica como prática, desempenham um papel importante na promoção e no respeito dos Direitos Humanos em relação a todos os indivíduos, sem distinção de qualquer tipo, nomeadamente de raça, sexo, língua ou religião, devendo isto ser incluído nas políticas educacionais, quer a nível nacional, quer internacional. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos observa que as limitações de recursos e a falta de adequação das instituições podem impedir a imediata concretização destes objetivos.

Parte II Item 22. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos apela a todos os Governos para que adotem todas as medidas adequadas, em conformidade com as suas obrigações internacionais e no respeito pelos respectivos sistemas jurídicos, para combater a intolerância e a violência com ela conexas que tenham por base a religião ou o credo, incluindo práticas discriminatórias contra as mulheres e profanação de locais religiosos, reconhecendo que cada indivíduo tem direito à liberdade de pensamento, consciência, expressão e religião. A Conferência convida, igualmente, todos os Estados a porem em prática as disposições da Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação baseadas na Religião ou no Credo.

Item 26. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos insta os Estados e a comunidade internacional a promover e proteger os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas, em conformidade com a Declaração sobre os Direitos das Pessoas pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e linguísticas.

Item 27. As medidas a adotar, se necessárias, deverão consistir, nomeadamente, em facilitar a participação plena dessas pessoas em todos os aspectos da vida política, social, religiosa e cultural da sociedade e no progresso econômico e desenvolvimento dos seus países”.

idioma, em privado e em público, sem ingerência nem discriminação alguma. 2. As pessoas pertencentes a minorias têm o direito de participar efetivamente na vida cultural, religiosa, social, econômica e pública”.

E ainda sobre o refugiado devemos destacar a Convenção da Organização da Unidade Africana - OUA⁴⁵ e a Declaração de Cartagena de 1984⁴⁶ que definem quem é um refugiado e delimita os direitos básicos que os Estados devem garantir a estas pessoas.

Já aos migrantes, destacamos proteções específicas como a Convenção de 1990 sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, como também a Convenção da OIT de 1975 sobre Migrações em Condições Abusivas e Proteção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes e da Convenção da OIT de 1979 sobre Trabalhadores Migrantes (nº 97); assim como o da Convenção Europeia de 1977 relativa ao Estatuto Jurídico do Trabalhador Migrante.

5. O multiculturalismo e o respeito às minorias

45 1 - Para fins da presente Convenção, o termo refugiado aplica-se a qualquer pessoa que, receando com razão, ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontra fora do país da sua nacionalidade e não possa, ou em virtude daquele receio, não queira requerer a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país da sua anterior residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude desse receio, não queira lá voltar. 2 - O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutra lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade.

46 Primeira - Promover dentro dos países da região a adoção de normas internas que facilitem a aplicação da Convenção e do Protocolo e, em caso de necessidade, que estabeleçam os procedimentos e afetem recursos internos para a proteção dos refugiados. Propiciar, igualmente, que a adoção de normas de direito interno sigam os princípios e critérios da Convenção e do Protocolo, colaborando assim no processo necessário à harmonização sistemática das legislações nacionais em matéria de refugiados.

Quarta - Ratificar a natureza pacífica, apolítica e exclusivamente humanitária da concessão de asilo ou do reconhecimento da condição de refugiado e sublinhar a importância do princípio internacionalmente aceite segundo o qual nada poderá ser interpretado como um ato inamistoso contra o país de origem dos refugiados. Quinta - Reiterar a importância e a significação do princípio de non-refoulement (incluindo a proibição da rejeição nas fronteiras), como pedra angular da proteção internacional dos refugiados. Este princípio imperativo respeitante aos refugiados, deve reconhecer-se e respeitar-se no estado atual do direito internacional, como um princípio de *jus cogens*.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

O desafio continua a ser o respeito e a tolerância para com os direitos do refugiado que nem sempre são respeitados por parte dos moradores locais dos países em que ele se refugia. É primordial a defesa e o respeito das minorias⁴⁷. Sobre o tema Edson Borges:

Minorias são grupos marginalizados ou vulneráveis que vivem à sombra de populações majoritárias. Possuem costumes e práticas culturais baseados em valores diferentes dos da cultura majoritária ou dominante. As minorias estão presentes desde a Antiguidade em muitas sociedades e países. Atualmente, discute-se muito o estabelecimento de seus direitos. São exemplos de segmentos minoritários os povos autóctones ou indígenas, os migrantes, os imigrantes, os refugiados, os deslocados e os exilados (BORGES & MEDEIROS, 2009, p. 21).

O caso de desrespeito às minorias se refere à criação de uma desconfiança em relação ao outro⁴⁸, porém, quem seria esse outro? Aquele que representa uma ameaça à tranquilidade dos moradores de uma comunidade ou de um País. Então podemos elencar: os ciganos e suas crenças em relação aos franceses, os imigrantes que vão procurar a própria sorte em outros países como os mexicanos nos EUA etc.

Os grupos de migrantes em outros países são pequenos se comparados ao País que se mudaram e salvo os raros casos em que as religiões são as mesmas temos sempre problemas de tolerância religiosa por parte dos residentes em relação aos

47 Me parece uma verdade bastante óbvia que o marco do constitucionalismo liberal ao que genericamente temos chamado de minorias culturais, tenham ou não uma base étnica, religiosa ou lingüística, não podem representar nunca o fundamento de um tratamento discriminatório; os costumes, as crenças religiosas, as opiniões, ou a cultura não são elementos que, em principio, proporcionem uma razão que permita estabelecer limites ou restrições ao exercício dos direitos ou da aquisição de qualquer status jurídico. Com maior razão, o mesmo se pode dizer sobre as minorias que se definem em função de uma posição de desvantagem socioeconômica. Os argumentos de filosofia moral e política que subjacem a nosso modelo constitucional são os próprios da cultura e podem ser resumidos em três: liberdade, igualdade e laicismo. Tradução livre: Me aprece una verdad bastante obvia que el marco del constitucionalismo liberal las que genericamente hemos llamado minorias culturales, tengan o no una base étnica, religiosa o lingüística, no pueden representar nunca el fundamento de un tratamiento discriminatorio; las costumbres, las creencias religiosas, las opiniones o la cultura no son elementos que, en principio, proporcionen una razón que permita establecer limites o restricciones al ejercicio de los derechos o a la adquisición de cualquier estatus jurídico. Con mayor razón, lo mismo puede decirse de las minorias que se definen en función de una posición de desventaja socioeconómica. Los argumentos de filosofía moral y política que subyacen a nuestro modelo constitucional son los propios de la cultura ilustrada y pueden resumirse en los tres siguientes: libertad, igualdad y laicismo. PRIETO SANCHIS, Luis. **Igualdad y minorías**. *Revista Derechos y libertades*, n. 5, v. 2, 1995, p. 125.

48 O *outro* – personificado no diferente, no estrangeiro ou no muçulmano – passa a ser potencialmente um inimigo que lhe pode fazer mal, seja ele o vizinho estranho que pode ser um terrorista, seja o imigrante que fazia um trabalho que você não queria, mas que – agora – pode ser a sua alternativa de trabalho. E a crença religiosa transforma-se num instrumento mais importante de discriminação e estímulo à intolerância. SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). **Uma Não com alma de Igreja Religiosidade e políticas públicas nos EUA**. São Paulo: Paz e terra, 2009, p. 26.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

migrantes. Além, é claro, da possibilidade do desenvolvimento do preconceito, xenofobia⁴⁹ e racismo.

Com isso é possível incitar a fúria de uma pequena comunidade ou de um grupo religioso contra todo um País por conta da intolerância religiosa, sobre o tema, Yves Charles Zarka⁵⁰:

Em primeiro lugar, há um embate nas democracias constitucionais em decorrência de grupos, de comunidades, digamos geralmente tidos como minorias em várias naturezas (étnicas, religiosas, culturais, inclusive linguísticas) que desejam conservar suas identidades, as quais são evidentemente diversas do grupo ou comunidade majoritária. Ainda que as tensões existam no seio das democracias constitucionais e sejam por vários aspectos diferentes dos conflitos religiosos do começo da modernidade, há, pelo menos, dois elementos que os identificam: 1. A exigência de definir os termos e as formas de se instaurar uma coexistência; 2. A exigência de encontrar um espaço comum ao qual a coexistência possa se inserir. A questão da tolerância, então, se resume em: como conservar as diferenças, inclusive as divergências, dos modos de identificação dos diversos grupos (tanto os minoritários quanto os majoritários), portanto, reconhecer a legitimidade da diversidade de religiões, de culturas e de valores (ZARKA, 2003, p. 392).

No tocante ao respeito aos seus direitos e liberdades, em especial a religiosa, os desafios para sua efetivação são os mesmos, tanto para os migrantes quanto para os refugiados, pois ambos podem ser alvo de preconceitos, intolerâncias, desrespeitos, agressões, comportamentos hostis, dentre outros.

O fato é que não importa se uma pessoa é refugiada ou migrante, ela possui iguais direitos e deveres como qualquer cidadão residente no País em que se encontra, e, por conseguinte, também tem direito a ter sua liberdade religiosa respeitada, independentemente de sua fé ser a mesma ou não da maioria dos habitantes locais.

É um direito assegurado por pactos, acordos e convenções internacionais e cabe ao Estado garantir e efetivar, mas como harmonizar as relações sociais em relação ao preconceito e a intolerância? O caminho para eliminar a diferença e diminuir a tensão entre os povos, ao nosso ver nos parece ser os Direitos Humanos, mas insistimos cabe

⁴⁹ Existe una Europa que no quiere refugiados en su territorio, prefiere cerrarse sobre si misma y construir muros para contener a los flujos de refugiados y migrantes. Es la Europa xenófoba que tiene miedo, con gobernantes que hacen lo que sea con el fin de no perder apoyo social; y que como la última Roma prefiere encomendar la vigilancia de sus puertas a otros. MOYA, David; SILVEIRA, Héctor. **Europa ante la xenofobia y sus responsabilidades**. Universidad de Barcelona: *Revista Crítica Penal y Poder*, n. 10, p. 179-183, 2016.

Tradução livre: Existe uma Europa que não deseja refugiados em seu território, prefiere fechar-se sobre si e construir muros para conter os fluxos de refugiados e migrantes. É uma Europa xenófoba que tem medo, com dirigentes que fazem o que seja o objetivo de não perder apoio social e que assim como a última Roma prefiere encomendar a vigilância de suas fronteiras a outros.

⁵⁰.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

ao Estado Democrático de Direito se preocupar em implementar ações positivas a fim de conscientizar a população, fazer campanhas inclusivas objetivando que se respeite o direito do próximo.

O migrante ou o refugiado ou o estrangeiro no final das contas é tão ser humanos quanto qualquer outro e é obrigatório que se respeite seu direito de ir e vir, suas liberdades, o direito a usar o véu, a se vestir diferente, a rezar para outro Deus, a cultuar outros ícones. As minorias não podem ser hostilizadas, a solução para os conflitos e para a questão dos refugiados é a inclusão, se o Estado não incluir o refugiado e o estrangeiro em sua realidade cotidiana e buscar a eliminação das diferenças não será a população que dissipará de forma espontânea seu próprio preconceito e eliminará eventuais intolerâncias.

Em tempos de globalização e flexibilização das fronteiras deve haver o respeito ao multiculturalismo, não se pode permitir a imposição da vontade da maioria e muito menos a supressão do direito de manifestação, de crença ou de culto de um migrante ou refugiado apenas e tão somente porque a sua fé, o Deus a qual dedica sua crença é diferente, o respeito, a harmonia e a convivência pacífica deve permear as relações sociais e cabe ao Estado regular e assegurar a paz nas relações.

Conclusão

Transcorridos pouco mais de sessenta e cinco anos da criação da Organização das Nações Unidas, as preocupações são as mesmas, em especial em se garantir condições mínimas para o refugiado, e, também, ao se respeitar suas tradições culturais e religiosas. O problema é que não são todos os países que, efetivam tais direitos e usam o refugiado como uma moeda de negociação a fim de obter maiores recursos econômicos para o próprio Estado, como foi o caso recente da Turquia que dentre os temas negociados para ingressar na Comunidade Europeia está um importe econômico bem significativo como compensação pela entrada de milhares de refugiados em seu território.

O ser humano em sua gana por poder, por aumentar suas propriedades e sua influência, continua a fazer guerras e conflitos armados contra seus pares, o resultado é que a população dos locais envolvido na trama padecem, suas famílias perdem membros,

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

suas posses escoam à medida em que as bombas caem e destroem tudo, o terror se instala e, em algum momento, é chegada a hora de decidir sair para continuar vivo.

Abandonar sua realidade para trás nunca é fácil, nem sempre se leva tudo ou todos e as dificuldades são muito maiores do que as facilidades, muitas pessoas nunca nem saíram de seus países e, de um momento para o outro, são obrigados a ingressar em um novo País, novos costumes, talvez novos hábitos e tradições culturais e, até religiosas.

Os órgãos internacionais tentam garantir que esta transição seja a menos traumática possível ao refugiado, mas se os países signatários dos acordos, tratados, pactos e demais instrumentos protetivos de Direitos Humanos não efetivam em sua ordem interna o que se comprometem no plano internacional, o resultado será uma marginalização do refugiado. Os nacionais podem discriminá-lo, suas crenças podem não ser respeitadas, seus costumes ridicularizados e as agressões físicas ou derivadas podem chegar por pessoas não preparadas.

O erro não está apenas com o Estado, pois, este deve ser repartido também com a ONU que não cobra destes países uma postura de inclusão e tolerância. O processo de edificação dos Direitos Humanos é lento se comparado com as atrocidades praticadas pela humanidade ao longo da história, contudo, cabe ao próprio ser humano respeitar e aceitar o próximo como ente passível de respeito, carinho, direitos e deveres e não apenas assinar papéis sem se importar com a aplicabilidade prática, como bem disse Hannah Arendt os Direitos Humanos são um construir contínuo e depende da população individual e coletivamente para efetivar e implementar seus preceitos.

O Direito do ser humano começa em nossas casas respeitando nossos vizinhos, seus direitos, suas crenças e seus costumes mesmos que sejam diferentes da maioria, não é porque me é diferente que devo repelir; também posso buscar entender e aceitar. A inclusão é o passo vital para inserir, de fato, o refugiado e o migrante na realidade cotidiana de uma sociedade, este é o passo que cabe ao Estado trabalhar junto a seus componentes para caminhar em *pari passu* com o construto de Direitos Humanos através dos pactos, convenções e demais instrumentos. Não temos refugiados, migrantes, estrangeiros ou estranhos temos todos seres humanos.

REFERENCIAS

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

ANNAN, Kofi. In **The State of the World's Refugees Fifty years oh humanitarian action**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2017.

_____. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECK, Ulrich. **O que é Globalização? Equívocos do globalismo respostas à globalização**. Tradução André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BORGES, Edson & MEDEIROS, Carlos Alberto et alli. **Racismo, preconceito e intolerância**. 7 ed. São Paulo: Atual, 2009.

BRITO, Jahyr Jesus. **A Laicização na reforma da ONU: teoria da soberania no século XXI**. São Paulo: Max Limonad, 2015.

CAVARZERE, Thelma Thais. **Direito Internacional da Pessoa Humana: A Circulação Internacional de Pessoas**. 2 ed. São Paulo: Renovar, 2001.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Direito Constitucional: Liberdade de fumar, privacidade, Estado, Direitos Humanos e outros temas**. São Paulo: Manole, 2007.

GONÇALVES, Antonio Baptista. **A (in) tolerância religiosa e os Direitos Humanos Laicismo – proselitismo – fundamentalismo – Terrorismo**. Curitiba: Juruá Editora, 2016.

_____. O Refugiado e o Direito à Liberdade Religiosa. IN SILVA, Marco Antonio Marques et alli. **Refugiados, Imigrantes e Igualdade dos Povos - Estudos em Homenagem a António Guterres**. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2017.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

KÖCKE, Rafael. Migrações e (de) igualdade no século XXI: entre políticas de redistribuição e de reconhecimento. In: MORAIS, José Luís Bolzan de; SANTORO, Emilio; TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. **Direito dos migrantes**. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2015.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

LOS DERECHOS HUMANOS Y LA PROTECCIÓN DE LOS REFUGIADOS. Módulo auto formativo 5, volumen I, UNHCR/ACNUR, 15 de diciembre de 2006.

MEMORIES OF THE THIRTIETH ANNIVERSARY OF CARTAGENA DECLARATION OF REFUGEES. Quito, Ecuador: UNHCR, 2015.

MOYA, David; SILVEIRA, Héctor. **Europa ante la xenofobia y sus responsabilidades.** Universidad de Barcelona: *Revista Crítica Penal y Poder*, n. 10, p. 179-183, 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Glossário sobre migração.** Genebra: OIM< 2009. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em 9 de julho de 2018.

PIOVESAN, Flávia Cristina. Direitos Humanos, globalização e a integração regional. In PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Direitos Humanos, globalização econômica e integração regional.** São Paulo: Max Limonad, 2002.

PRIETO SANCHIS, Luis. **Igualdad y minorías.** *Revista Derechos y libertades*, n. 5, v. 2, 1995.

RETONDAR, Anderson Moebus. **A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como “contexto social” de produção de subjetividades.** *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 23, n. 1, p. 137-160, jan./abr 2008.

ROCHA, Zeferino. **Paixão, violência e solidão: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII.** Recife: UFPE, 1996.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Org. **Uma Não com alma de Igreja Religiosidade e políticas públicas nos EUA.** São Paulo: Paz e terra, 2009.

THE STATE OF THE WORLD'S REFUGEES FIFTY YEARS ON HUMANITARIAN ACTION. Oxford: Oxford University Press, 2000.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Reflexiones sobre el desarraigo como problema de Derechos Humanos frente a la conciencia jurídica universal. In **Derechos Humanos y Refugiados en las Américas: Lecturas Seleccionadas.** San José, Costa Rica, Agosto, 2001.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Refugiado, Migrantes e os Problemas de Intolerância e Violência na Sociedade Globalizada. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

VÉLEZ, Francisco Galindo. Consideraciones sobre la protección de refugiados a cincuenta años de la fundación del ACNUR. In **Derechos Humanos y Refugiados en las Américas: Lecturas Seleccionadas**. San José, Costa Rica, Agosto, 2001.

ZARCA, Yves Charles. **La tolerância o cómo coexistir em um mundo desgarrado**. *Revista Derechos y libertades*, n. 12, v. 8, 2003.